

Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira
Círculo de Aveiro

Projecto de Recomendação

Depois de um período de relativo apagamento na opinião pública, o recente Tratado de Lisboa trouxe para o primeiro plano da política internacional a “questão europeia”. O Programa Parlamento dos Jovens ao centrar a sua temática no processo de integração europeia vem reforçar e prolongar o eco de Lisboa nas escolas nacionais.

Sensíveis a este contexto, os alunos da Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira organizaram-se e debateram internamente o tema. Desta abordagem, foi elaborado, discutido e aprovado um Projecto de Recomendação contemplando três áreas consideradas prioritárias pelos deputados reunidos na sessão escolar: o alargamento da UE e os jovens, a comunicação na União Europeia e a defesa e segurança europeias.

Em relação ao alargamento da UE e os jovens, sabemos que qualquer cidadão europeu tem o direito de circular, estudar e trabalhar, viver enfim, em qualquer país da União. A conclusão óbvia do recente alargamento é que o avanço das fronteiras externas no interior do maciço continental euroasiático representa para os cidadãos europeus em geral e para os jovens em particular, um acréscimo de oportunidades. Mas temos, nós jovens deste País e desta “Europa de geometria variável” o conhecimento e a motivação necessárias para as aproveitar?

Não raras vezes, fala-se que é preciso abordar a inclusão de novos países com prudência sob pena de se pôr em causa todo o caminho já percorrido. Regra geral, esta discussão centra-se no problema das desigualdades de desenvolvimento económico dos países candidatos à entrada na União, sublinhando-se o risco que podem representar para a desejada coesão económico-social da União. Este é, de facto, um risco real. Mas é preciso ter também em devida conta os impactos na educação, formação e emprego dos jovens quer nos antigos quer nos novos Estados membros. A prometida mobilidade está longe da fluência apregoada e os números dramáticos do desemprego entre os jovens demonstram que se “o caminho se faz andando” ainda estamos praticamente no seu ponto de partida.

Relativamente à comunicação na UE, coloca-se a pergunta: em que língua ou línguas se deve fazer a comunicação na União?

É evidente que os argumentos de natureza económica e de funcionalidade invocados por aqueles que defendem uma redução das línguas oficiais ou mesmo a adopção de uma única são pertinentes. No entanto, as vantagens da manutenção dos critérios da correspondência do número das línguas oficiais da União Europeia ao número das línguas oficiais dos seus

Estados membros superam largamente as desvantagens. Com efeito, se é verdade que a identidade de um povo, de uma nação, se afirma e se revê antes de tudo pela e na sua língua, seria um erro histórico sacrificar essa preciosa herança de diversidade cultural europeia em nome de critérios de estrita racionalidade económica. Acresce que qualquer discriminação linguística para além de dificultar a comunicação entre europeus, será sempre controversa e tida como inaceitável pelos discriminados. A língua materna, para além da carga afectiva que transporta, é um canal insubstituível sobretudo quando há ainda muitos iletrados na Europa.

A problemática da defesa e segurança europeias constitui uma matéria muito sensível tendo em conta o facto de o exército ser um baluarte histórico da defesa das soberanias dos Estados. No entanto, consideramos que a UE beneficiaria da existência de Forças Armadas Europeias. Em primeiro lugar, porque a capacidade dissuasora dessa força seria suficiente para pôr um ponto final na “cultura de guerra” que tem marcado dramaticamente toda a história europeia e a sua coesão e permitiria enfrentar com maior eficácia as questões de segurança interna, designadamente a ameaça do terrorismo. Depois, porque a Europa estaria (finalmente) em condições de dispensar a intervenção americana sempre que há uma crise político-militar no seu território. Finalmente, porque pretendendo a União ganhar os desafios da globalização e constituir-se num dos pólos de poder do planeta, colmataria a fragilidade que muitos lhe apontam de ser “um gigante económico e um anão político-militar”.

Na sequência do exposto, recomendamos à Assembleia da República:

- 1. Que intensifique os seus esforços junto do Governo da República e das entidades europeias competentes no sentido de criar novos e mais eficazes instrumentos de informação e de realização de programas e iniciativas no espaço europeu capazes de permitir aos jovens do Ensino Secundário – o Programa Erasmus para alunos do Ensino Superior pode ser uma referência - tirar partido das novas oportunidades decorrentes do alargamento da UE.**
- 2. Que defenda de forma intransigente a manutenção do falar Português como Língua oficial de comunicação no seio da UE.**
- 3. Que encoraje o Governo a avançar no sentido de pôr fim à indefinição que se arrasta na UE desde Maastricht em matéria de política externa e segurança e dotar a PESC de forma e conteúdo.**

Os deputados da Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira, em Espinho